

SESSÕES DO PLENÁRIO

14ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de outubro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(60)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária com o objetivo de julgar os pedidos feitos na sessão extraordinária anterior.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados que requer, nos termos do art. 92, do Regimento Interno, a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta com o objetivo de apreciar as matérias citadas, inclusive, na sessão extraordinária anterior...

Aqui, também, há um ofício do governador em exercício João Leão.

(Lê) “(...) *cumprimenta Vossa Excelência com fundamento no art.120, inciso I, do Regimento Interno dessa Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, disposto na Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, solicito que seja retirado o Projeto de Lei nº 21.438/2015, que “altera a Lei nº 8.573, de 13 de janeiro de 2003, e a Lei nº 10.848, de 03 de dezembro de 2007, na forma que indica.”*”

Defiro o requerimento, porque é assinado pelo governador em exercício e está

de acordo com o Líder do governo, conforme Regimento da Casa.

Não há Pequeno Expediente e não há Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PP/PSL/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. Não há orador.

Com a palavra ao Líder do PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falarei, Sr. Presidente, por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, só uma dúvida aqui. V.Ex^a, Sr. Presidente, abriu a nova sessão extraordinária sem deputados presentes?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Amigo, o quórum continua. Sempre foi.

O Sr. Sandro Régis:- Mas está zerado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Ele volta ao painel normal.

O Sr. Sandro Régis:- Então, volte para o painel normal para nós termos a legalidade do processo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Atenderei a V.Ex^a, deputado Sandro Régis.

A explicação é a de que o diretor de Informática cochilou um pouco.

Peço voltar ao painel. Retorne-se ao painel.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, só para concluir a questão de ordem, gostaria de que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum de continuidade da presente sessão, porque, já que vou falar, gostaria de falar com o Plenário cheio.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, gostaria de que fosse dado o tempo regulamentar e, também, de que fossem convocados todos os deputados presentes na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a, também, será atendido, deputado Marcelino Galo.

Solicito zerar o painel e marcar os 15 minutos regimentais.

Os Srs. Deputados que querem a continuidade da presente sessão marquem as suas presenças.

Deputado Sandro Régis, marque a sua presença.

Os Srs. Deputados que querem a continuidade da presente sessão marquem as suas presenças.

Há um pedido de verificação de quórum de continuidade da sessão.

Estão faltando marcar as presenças os seguintes deputados: Zó, Zé Raimundo, Vítor Bonfim, Vando, Targino Machado, Soldado Prisco, Sidelvan Nóbrega, Sandro Régis, Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Euclides Fernandes, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Pablo Barrozo, Marcell Moraes, Marquinho Viana, Luiza Maia, Luiz Augusto, Luciano Simões Filho, Luciano Ribeiro, Leur Lomanto Júnior, Jurandy Oliveira, Joseildo Ramos, José de Arimatéia, Jânio Natal, Herzem Gusmão, Ivana Bastos.

Existe um pedido de quórum de continuidade da presente sessão.

Srs. Deputados, faltam 3 parlamentares para dar quórum de continuidade da presente sessão extraordinária. (Pausa.)

Srs. Deputados, já há quórum de continuidade da presente sessão.

Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão o deputado Herzem Gusmão durante 5 minutos e o deputado Soldado Prisco durante 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, não sei se poderei participar da sessão especial de iniciativa da deputada Fabíola Mansur, na qual a deputada premiará a imprensa baiana, mas farei um esforço.

A ABI – Associação Baiana de Imprensa – completará 85 anos no Estado da Bahia. Confesso, deputada, a admiração que tenho por esta instituição e pelos meus colegas profissionais da imprensa. Mas vejo a nossa ABI tímida em defesa da liberdade de expressão. Gostaria muito de participar dos debates que serão travados aqui por iniciativa do seu mandato.

Comecei no jornalismo em 1968, exatamente, deputado Zé Neto, quando surgiu o AI-5, o Ato Institucional nº 5. Sofríamos uma censura implacável na Rádio Clube de Vitória da Conquista. Lembro-me que recebíamos – o que chamamos, hoje, de bolacha – o LP (Long Play) em vinil, cujas faixas tinham um sulco como divisão ou uma linha divisória. E o diretor da emissora, o Sr. Aurelino Ribeiro Novaes, do antigo

partidão do PCB do Brasil, ele orientava a todos os operadores de áudio – que naquele tempo eram chamados de sonoplastas. Ele colocava um pedaço de durex na faixa censurada. Música de Geraldo Vandré, de Chico Buarque de Holanda, de Caetano Veloso e de tantos outros. Era difícil fazer rádio e imprensa em 1968, quando surgiu o AI-5. Sofríamos uma censura, lembrando que Vitória da Conquista tinha uma história de poucas cidades da Bahia. Foi cassado Herval Soledade em Ilhéus; em Feira de Santana, Chico Pinto; em Salvador, Virgildásio Sena.

Mas a cassação mais dura, mais implacável aconteceu na minha terra. Aconteceu, em Vitória da Conquista com o mandato de José Pedral Sampaio. Ele foi preso quase defronte a sua casa, entre a sua casa e o clube social, e conduzido a Salvador com tantos outros. E depois a ditadura lhe aplicou, deputada Fabíola Mansur, 10 anos de direitos políticos suspensos. A ditadura, quando estava prestes a vencer os 10 anos, renovou mais 10, de Pedral. E ele brincava e dizia assim: “A ditadura deu a lambuja.”

Dobrou o tempo da ditadura. E na minha terra, agora, com o PT a situação é muito mais difícil de fazer, de exercer a liberdade de expressão. Muito mais difícil! Eles estão judicializando.

Para os senhores terem uma ideia, com a complacência de juízes generosos, representantes do Ministério Público generosos, que foram capazes, deputado Luciano Ribeiro, de multar em R\$ 50 mil uma emissora fora do ar. A emissora estava fora do ar, uma copiava a outra. Naquele dia, por um problema técnico, a emissora estava fora do ar, e assim se justificou. A justificativa não foi aceita. Sofremos uma censura dura.

O Tribunal Regional Eleitoral impôs uma cassação absurda dos meus direitos políticos por cometários. Comentários descentes, exercendo a atividade jornalística da minha terra, não houve nenhuma repercussão, e não houve também nenhum aval, nenhum socorro da Associação Baiana de Imprensa. Então, com a importância que ela tem, a deputada acertadamente está premiando a nossa ABI, Associação Baiana de Imprensa...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Jornalistas importantes da nossa história passaram por aqui.

É uma pena, mas terei oportunidade de fechar. Parabênz V.Ex^a por essa iniciativa feliz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Prisco, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Boa-tarde Sr. Presidente, deputados presentes, meu amigo Adolfo Viana, quero saudar também nosso novo membro, o amigo Carlos

Geilson, embora não esteja aqui, que agora faz parte do PSDB. Nesse final de semana, na Bahia, registrou-se algo rotineiro, que é a violência na capital e no interior. Vinte homicídios na capital e região metropolitana. Só na capital e na região metropolitana!

Na semana passada, o jornal Folha de S. Paulo fez uma matéria falando do investimento per capita no Brasil sobre segurança pública. A Bahia é o 5º pior estado do País em investimento na segurança pública. São Paulo, que teve maior investimento, já registra maior queda de violência. São Paulo, hoje, está muito bom em nível de violência no Brasil. Superando vários estados, sendo o primeiro colocado no combate à violência. Está provada a incompetência do governo do PT, na gestão passada e atual – é o mesmo governo, é a continuidade. Investimento quase zero, enganação total com a população. Se investe muito mais em propaganda do que em segurança pública.

Há quase 20 dias tivemos o assassinato da estudante, que causou um clamor público no Estado, todos aqui falaram. Mas há poucos dias, mataram um professor negro no bairro do Barbalho, e não vi nenhuma manifestação, nem da Comissão de Direitos Humanos, nem do movimento negro, nem o Reaja ou Será Morto, nada foi falado. Todos os dias morrem preto e pobre na periferia e não vemos nenhuma manifestação desse governo.

Andamos por toda a Bahia e tivemos dados alarmantes da segurança pública. Na cidade de Vitória da Conquista, meu amigo Herzem Gusmão, e em toda aquela região, o investimento em segurança pública é quase zero. O efetivo é absurdo. Temos cidades naquela região em que não há policiais trabalhando. Piripá, na região sudoeste, cidade de 8 mil habitantes, não tem um policial trabalhando. Campo Alegre de Lourdes não tem policiamento. Temos 45 cidades na Bahia sem policiamento; 191 cidades com apenas 2 policiais. Isso é um verdadeiro absurdo.

Esta Casa não pode ficar omissa diante da alta criminalidade neste Estado. A conversa é de que o Brasil todo está enfrentando a violência. Mas essa reportagem da Folha de São Paulo desnuda o Estado da Bahia e prova a incompetência e falta de prioridade do governo com a segurança pública. Isso precisa ser tratado com seriedade.

A região de Valença, Hildécio Meireles, e Cairu, totalmente insegura. Uma falta total de segurança pública. Os moradores com medo, e a segurança privada cada vez crescendo mais. Na minha cidade, Santo Antônio de Jesus, por exemplo, a média de homicídios por ano era de 9 a 12. Agora temos uma média de 9 por mês. Um crescimento absurdo da violência em toda a Bahia.

É um absurdo o que acontece com o efetivo do bairro de Cajazeiras. São 800 mil habitantes para 160 policiais, e o governo finge que cuida da segurança pública. Não temos resposta nem do secretário, nem do comandante da PM sobre essa realidade.

Os operadores de segurança pública estão vivendo seu pior momento. Já tivemos 19 policiais civis e militares assassinados neste ano. Fuga em várias

penitenciárias e delegacias. Aconteceu uma fuga há um mês na UED, presídio de segurança máxima. Pense num absurdo, na Bahia acontece. Temos o único presídio no Brasil de segurança máxima, e é aberto. O Complexo Penitenciário da Mata Escura, todo ele, é aberto. Qualquer pessoa adentra o complexo, joga drogas e armas a qualquer momento, em qualquer horário do dia. Tivemos lá uma fuga de 20 presos de alta periculosidade, presos que a polícia e a Justiça demoraram tanto para colocar lá dentro. O que aconteceu? Todos fugiram e apenas um foi recapturado. Vão completar dois meses desta fuga, e o governo não tomou nenhuma medida.

No interior as fugas acontecem cotidianamente, sem nenhuma preocupação do governo. Aqui, no complexo dos Barris, virou rotina a fuga de presos, e nada é feito por este governo da Bahia.

Todas as viaturas sucateadas. Pensem num absurdo, apenas 28 reais - isso mesmo, deputado Hildécio Meireles – apenas 28 reais para abastecer de combustível uma viatura que irá trabalhar por 12 horas. Esse é o investimento que o governo da Bahia faz.

Estive na região Sudoeste, deputada Ivana Bastos, em Guanambi, onde tem um efetivo pífio, sem nenhuma condição de trabalho, com policiais sendo escravizados numa escala de 24 por 48. A alegação do comando é que não há efetivo para cobrir a região. E criaram uma companhia independente mantendo o mesmo efetivo. Para que? Para dar cargo a alguém na região de Caetité.

Não há investimento em pessoal, não há investimento em viaturas, não há investimento na questão salarial, além do que o governo quebrou totalmente o acordo com a categoria.

Esse é o governo da propaganda, que gastou quase 290 milhões a mais em publicidade do que em segurança pública, pasmem os senhores. E esta Casa não pode ficar omissa diante desses fatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa.) Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder...

O Sr. Luciano Simões Filho:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Sr. Presidente, faltou o deputado Adolfo Viana falar. Ele já estava inscrito, inclusive, eu já havia anunciado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estávamos no tempo do PMDB/PSDB. Falaram dois deputados.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Está certo. Peço desculpas a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Luciano Simões Filho falará pelo tempo de até 5 minutos. Nos 6 minutos restantes falará o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos, amigas e amigos deputados estaduais, venho, hoje, a esta tribuna falar do PSDB. O deputado Leur Lomanto Júnior não estava presente, mas o deputado Carlos Geilson fez um grande pronunciamento na manhã de hoje, quando comunicou a esta Casa e a toda a Bahia que ele, formalmente, entrou no PSDB.

Entendo que no nosso primeiro ano de mandato o deputado Carlos Geilson teve dois grandes momentos nesta Casa: o primeiro, quando falou da insatisfação com o PTN, partido pelo qual ele se elegeu, por ter aderido ao governo – ele fez um grande pronunciamento, aqui, no primeiro semestre; e o segundo aconteceu agora, no início do segundo semestre, quando ele retornou a esta Casa com uma grande notícia, a sua filiação ao PSDB, que tem em seus quadros os deputados Adolfo Viana, Augusto Castro e Soldado Prisco. Eles recebem o deputado Carlos Geilson no PSDB, grande partido que mudou a cara do nosso País, que trouxe a estabilidade da moeda e que colocou de lado o fantasma da inflação.

Vivemos num País, hoje... Infelizmente não é esse o legado que o PT traz ao Brasil. Voltamos a ter uma inflação – tínhamos até esquecido como era – e a ter uma taxa de desemprego galopante. O empreendedorismo não é incentivado devidamente. Só é incentivado o repasse dos programas sociais.

Venho, aqui, parabenizar o colega Carlos Geilson por se entregar ao PSDB. Conversei com ele, anteriormente, convidando-o para se filiar ao nosso PMDB, mas isso não deu certo, em razão de uma situação pontual no seu município, Feira de Santana. Contudo, ele fortalece o seu mandato e a nossa Bancada vindo para o PSDB.

Gostaria também de falar sobre o que já foi citado, aqui, por alguns colegas nossos, inclusive pelos deputados Zó e Adolfo Viana: o rio São Francisco faz aniversário hoje. Se eu não me engano, ele completa 514 anos de descoberta, e vemos um rio que nunca teve numa situação como a que está.

Eu estive, agora há pouco, com o vereador Zé de Permínio, do município de Paratinga, no meu gabinete. O município de Paratinga foi o primeiro porto do rio São Francisco no nosso Estado. Existe um braço daquele rio que banha a sede do município de Paratinga que está seco. Não é que corre pouca água, não! O braço do rio que era o maior porto do rio São Francisco no nosso Estado secou!

Os deputados Luciano Ribeiro e Adolfo Viana conhecem o rio São Francisco muito bem. O deputado Adolfo Viana me falou, hoje mais cedo, que o lago do

Sobradinho, com menos de 8% de volume de água, já está indo para o volume morto, o que traz para os municípios daquela região uma situação de calamidade pública. A palavra é essa, deputado Herzem Gusmão. O rio São Francisco é um rio de 2.700 km que tem em sua bacia mais de 18 milhões de habitantes. É um rio que, durante os 12 anos do governo do PT, não foi enxergado da forma devida.

Durante os 12 anos do governo federal só tivemos uma palavra, realmente, de luz naquele rio. Foi quando o nosso então ministro Geddel Vieira Lima sentou no Ministério da Integração Nacional e conseguiu olhar com os olhos de um bom baiano para aquele rio na revitalização. Até na transposição do rio, obra tocada pelo ministro Geddel Vieira Lima, ele conseguiu que as obras de revitalização da Bacia do São Francisco fossem tiradas do papel, mas, infelizmente, não é essa a forma como o PT trata o maior rio do Nordeste, o segundo ou terceiro maior rio do nosso país.

Parabenizo o deputado Carlos Geilson e o PSDB por essa grande filiação.

Fica aqui o meu protesto contra o governo federal, o governo do PT pela forma como enfrenta os problemas do rio São Francisco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, quero corroborar com o que falou, aqui há pouco, o deputado Soldado Prisco. Ele, com muita propriedade – não poderia ser diferente – versou sobre a falta de segurança pública em nosso Estado.

Além de corroborar com o nobre deputado Soldado Prisco sobre a questão da segurança pública, criamos um slogan para os problemas sobre os quais falamos, o Sistema SPE – Sistema de Segurança e Saúde, Problemas do Estado da Bahia.

É preciso que os senhores deputados, sobretudo aqueles que compõem a Base do Governo, atentem para o que falamos aqui. Não é brincadeira! Gostaria que alguém me respondesse, por exemplo: Por que o governo do Estado, nos 9 meses deste exercício, investiu apenas R\$ 45 milhões dos R\$ 322 milhões e 729 mil previstos no orçamento da rubrica de investimentos da Secretaria de Segurança Pública? Se o governo quiser investir o restante, em apenas três meses, ele poderá investir R\$ 277 milhões em segurança pública. Por que não executa o orçamento da segurança pública, meu caro deputado Herzem Gusmão? Por que o governo não trata a segurança pública como prioridade?

Nós, que andamos por esta Bahia afora, como bem falou o deputado Soldado Prisco, conhecemos essa realidade. Provavelmente, a cada final de semana haja mais homicídios na Bahia do que se mata no Oriente Médio. É preciso prestar atenção para esses dados! Isso não é brincadeira!

Faço um desafio aos nobres deputados da Base do Governo para que solicitem

do secretário de segurança pública uma atenção maior; que ele dê uma satisfação à população da Bahia que a cada dia vai se encarcerando mais, enquanto os marginais estão soltos nas ruas a praticarem atos delituosos.

Sabemos que só a repressão, só a coerção não irá resolver esse problema. É preciso que o poder público invista na socialização, sobretudo, nos bairros periféricos, nos quais as pessoas não têm qualidade de vida; não têm uma habitação digna; não têm uma atenção do poder público; não têm lazer; não têm assistência à saúde e encaminham-se para o mundo das drogas e da marginalidade.

Creio que recursos financeiros não faltam. O secretário da fazenda tem dito que o nosso Estado goza de plena saúde financeira; não tem problemas orçamentários, tem previsão orçamentária para se investir na área de segurança pública. Portanto nós solicitamos que o governo estadual, através da Secretaria da Segurança Pública, procure dar uma satisfação à população baiana, que tem clamado por mais segurança pública em nosso Estado.

Ainda na semana passada, no jornal Folha de S. Paulo, o Anuário Brasileiro da Segurança Pública classificou a nossa capital como a segunda mais violenta do País no decorrer do exercício de 2014.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ressalto desta tribuna mais uma vez que este é um desafio que nós fazemos aos deputados da Situação, aos Líderes da Bancada do governo e do PT, que está aqui e com muita assiduidade sempre se faz presente nos debates: tragam-nos, pelo amor de Deus, uma satisfação para que a população baiana possa tentar conviver com dias mais tranquilos, porque do jeito que está, meu caro deputado Rosemberg Pinto, já, já teremos de colocar um cerco em volta desta Assembleia Legislativa!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PTN/PROS/PRP para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos. (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos. (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o Líder do DEM/PV para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, V.Ex^a ... DEM/PV?!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- DEM/PV.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a nunca erra, presidente. Tá certo, DEM/PV.

Falará o deputado Adolfo Viana. E depois, o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por quanto tempo cada um? Qual dos dois tem direito a seis?

O Sr. Adolfo Viana:- Falarei por cinco minutos. E o deputado Luciano, por seis.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, realmente nós temos uma pauta extensa a ser debatida nesta segunda-feira. Já tratamos aqui hoje, com grande ênfase, da questão dos investimentos na revitalização do Rio São Francisco. Sem sombra de dúvida, este é um tema que requer o máximo de atenção desta Casa. É sempre bom lembrar que, se o governo federal não compreender que a revitalização do Velho Chico é necessária e importante, logo, logo vamos ver um dos rios mais belos do País chegar a morrer.

O deputado Luciano Simões Filho veio a esta tribuna e colocou que, no final deste mês de outubro, o Lago do Sobradinho deve entrar no seu volume morto. Imaginem V.Ex^{as} a Barragem do Sobradinho parando de produzir energia e, conseqüentemente, deixando de distribuir royalties para as Prefeituras que são premiadas com eles?!

Sobe aqui o deputado Prisco e fala que Salvador é a capital mais violenta do País e que o nosso Estado teve 20 homicídios nesse final de semana apenas nesta cidade. Imaginem V.Ex^{as}, 20 homicídios na capital! Se não me falha a memória, o governo estadual, há pouco tempo, comemorava os números na área da Segurança Pública, que haviam sido reduzidos. Eu pergunto a V.Ex^{as} se 20 homicídios - apenas na nossa capital - não é um número suficiente para que estejamos aqui montando uma força-tarefa para encontrarmos uma forma de orientar o secretário da Segurança Pública.

Já falei aqui várias vezes, deputado Sandro Régis, que reconheço na figura do secretário um homem qualificado para exercer o cargo. Mas, se não houver do governo uma vontade na hora de distribuir seus recursos, fica humanamente impossível cuidar da segurança pública no nosso Estado.

Coloquei também para a Mesa Diretora que é importante que esta Casa aprecie projetos de parlamentares que visem dificultar as ações dos criminosos na Bahia. Por exemplo, eu tenho pelo menos três projetos de lei que gostaria que fossem apreciados por esta Assembleia justamente para dificultar as ações do crime organizado em nosso Estado. Falei e repito que um só projeto não vai resolver este problema da insegurança aqui na nossa terra, mas sem sombra de dúvida são ações e projetos sucessivos que tirarão a Bahia do destino preferencial do crime organizado neste Estado.

Hoje, o governo vai solicitar, através de projeto encaminhado pelo Executivo, nada mais nada menos do que um empréstimo de 400 milhões de dólares, que equivalem a mais de um bilhão e meio de reais. E nós aqui já nos posicionamos: basta ele apontar onde irão ser aplicados esses recursos, e a Bancada da Oposição - sem obstrução, sem nada - ajudará a votação. O que não podemos aceitar é que o governo peça um empréstimo da monta de um bilhão e seiscentos milhões de reais, deputado Luciano Ribeiro, sem dizer onde serão aplicados esses recursos.

É lamentável que eles tenham nesta Assembleia Legislativa uma ampla Maioria, uma base três vezes maior do que a oposicionista, o que dá aos governistas a posição de ficarem tranquilos, sem precisar explicar como serão aplicados os recursos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concluirei, Sr. Presidente.

A deputada Luiza Maia está aqui dizendo que ela já sabe. Espero que a Bancada da Oposição tenha também a condição de saber onde irão ser aplicados esses recursos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, sobre o projeto que apreciaremos nesta sessão, a deputada Luiza Maia está aqui falando. Primeiro, ela disse que não precisamos saber o porquê do empréstimo. Esse é o espírito do governador Rui Costa, que agora é verbalizado por ela, que falou há pouco para mim que não precisamos saber. Depois disse que o projeto não será apreciado e vai ser aprovado.

Pode ser que assim seja, mas é no mínimo deselegante com a nossa Bancada da Oposição esta postura de que será E não é só deselegante não! É prepotência, pois foi enviado o projeto assim, e parece que é assim que eles querem. Mas este projeto inicial, porque ainda não chegamos ao empréstimo, vai demorar um certo tempo para chegar lá. Estamos apreciando e discutindo neste momento um projeto que se refere ao procedimento na inscrição de dívidas não tributárias do governo estadual. E a ele apresentei uma emenda no sentido, já aqui exposto, de que determinada quantia percentual ali acrescida fosse destinada aos advogados dativos.

Eu fiz uma indicação, além dessa emenda, ao governador da Bahia. Nela eu indico ao governador que envie a esta Casa, porque é dele a competência, um projeto de lei disciplinando essa matéria, que, aliás, é disciplinada em todos os estados brasileiros. Apenas a Bahia não paga os honorários dos advogados dativos. Apenas a Bahia não estrutura a Defensoria Pública para atender aos necessitados de justiça e não remunera os advogados que prestam os seus serviços.

Esse projeto de lei, que passo a ler, é o modelo que encaminhei ao governador, e contém 13 artigos. Nele são delineadas algumas situações. O cabeçalho, que é o primeiro artigo, é muito claro naquilo que nós pretendemos. O art. 1º diz textualmente que o advogado não pertencente à Defensoria Pública do Estado da Bahia, quando nomeado judicialmente para defender o réu pobre em processo de natureza Cível ou Criminal, terá os honorários pagos pelo Estado, após o trânsito em julgado da decisão, e na forma estabelecida nessa lei.

Pois bem, essa lei traz que esses honorários serão fixados de forma estabelecida em uma tabela elaborada anteriormente pela OAB e pelo Estado da Bahia para cada ato ali constante. Ela estabelece também que o advogado assim nomeado não terá direito a qualquer vínculo empregatício com o Estado da Bahia. E mais, o advogado nomeado não poderá receber jamais, em tempo algum, honorários superiores àqueles recebidos pelo defensor público.

Essa é a nossa postulação, porque o governador do Estado, em assim agindo, encaminhando a esta Casa a proposta de lei, ou nós, deputados, apreciando, neste momento, a emenda por mim apresentada a esse projeto de lei que apreciaremos, cumprimos o ditame constitucional de que é dever do Estado dar assistência judiciária, jurídica aos necessitados dessa assistência.

Então, eu peço aos nossos pares que, ainda que sirvam ao governo, ainda que estejam aqui para votar os projetos do governo, o façam de forma que também contemplem a sociedade.

V. Ex^{as} e a Presidência desta Casa e esta Casa perderam uma grande oportunidade ao não baixar o decreto legislativo anulando as vistorias que estavam erradas, o que nós solicitamos. Se esta Casa tivesse feito isso, o mérito era da Casa, mas o governador tomou para si, avocou para si e o fez como se dele tivesse sido, e, na verdade, não o foi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, concluindo, eu queria fazer uma questão de ordem daqui, da tribuna, mesmo.

V.Ex^a, baseado no artigo que diz que as sessões extraordinárias, Sr. Presidente, compõem os expedientes constantes nas outras, apenas o Pequeno Expediente é que estará restrito, exclusivamente, à leitura discussão e votação de atas e divulgação dos resumos dos correspondentes documentos dirigidos à Assembleia Legislativa...

V.Ex^a, na sessão extraordinária anterior, e nesta também, no Grande Expediente em que ora estamos, suprimiu a parte dos 25 minutos que cabem a partidos e que hoje, coincidentemente, é do DEM.

Por isso peço à V.Ex^a que acolha a nossa questão de ordem, devolvendo ao partido os 25 minutos correspondentes à discussão no Grande Expediente. Porque não há qualquer diferenciação no Grande Expediente entre as sessões ordinárias e extraordinárias.

Esta é a minha questão de ordem. Espero que seja deferida.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Luciano Ribeiro, defiro a questão de ordem de V.Ex^a para a próxima sessão.

Já estamos no Horário das Representações Partidárias; o Grande Expediente foi antes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- O Grande Expediente vem logo após o Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele acontece depois do Pequeno Expediente e antes do Horário das Representações Partidárias.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Estamos ainda no Grande Expediente. Quando fiz a questão de ordem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a falou e eu ouvi. Agora, por favor, ouça-me. Ainda não dei a questão de ordem a V.Ex^a.

Defiro a questão de ordem de V.Ex^a. As próximas sessões extraordinárias terão Grande Expediente. Nesta não posso reabrir o Grande Expediente, porque já estamos no Horário das Lideranças Partidárias. Não posso retroagir.

O Sr. Luciano Ribeiro:- No Grande Expediente o tempo é dividido – por costume, porque não consta do Regimento – em duas partes: 25 minutos para um partido, que é sorteado, e o restante é dividido equitativamente para os blocos partidários. Esta é uma convenção da Casa.

Isso não quer dizer que a minha questão de ordem seja intempestiva, porque, Sr. Presidente, tive o cuidado de fazer a minha questão de ordem ainda dentro do Grande Expediente. Tanto é que o fiz quando ainda estava na tribuna. Ou seja, estou ainda no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estamos no Horário das Representações Partidárias.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não estamos no Horário das Representações Partidárias, estamos ainda dentro do Grande Expediente. O que existe é o Grande Expediente, pois o Horário das Representações Partidárias é uma divisão consensual, que não consta no Regimento. É um costume da Casa. Portanto estou dentro do Grande Expediente, e como tal não houve qualquer preterição.

V.Ex^a não passou ainda para a Ordem do Dia. Por isso esperei, porque pensei que V.Ex^a tivesse mudado de metodologia e colocara os 25 minutos após a fala de cada partido.

Não há essa divisão no Regimento. O que há no Regimento Interno são três expedientes: o Pequeno Expediente, o Grande Expediente e a Ordem do Dia.

Estou no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o art. 94 diz que as sessões extraordinárias, como é o caso, após o Pequeno Expediente, serão destinadas exclusivamente à discussão e votação da matéria da Ordem do Dia, salvo se os Líderes ou representantes partidários resolverem, no horário que lhes é reservado no Grande Expediente, usar da palavra ou indicar o orador.”

Então, no art. 90, existem três tipos: o Pequeno Expediente, o Grande

Expediente e a Ordem do Dia. Mas... (Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Adolfo Viana:- Então, Sr. Presidente, é exatamente isso que estamos falando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu defiro a sua questão de ordem. V.Ex^a tem razão. (Palmas)

Quem é o próximo orador? DEM/PV...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Minoria para falar ou indicar o orador pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- No tempo do DEM/PV, falará o Líder Sandro Régis por 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Falará o deputado Sandro Régis pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, quero começar minhas palavras parabenizando o deputado Luciano Ribeiro pela grande intervenção, pela grande contribuição que traz a esta Casa com sua questão de ordem. Quero dizer, começando a usar os meus 25 minutos, que esta Casa hoje, mais uma vez demonstra a falta de compromisso com a sociedade baiana. O governo do Estado, que traz novamente os mesmos projetos que a Bancada de Oposição vem discutindo e sugerindo que fossem explicados à sociedade para que votássemos com consenso, traz o projeto do empréstimo.

Em nenhum momento a Bancada da Oposição é contra o empréstimo, mas o problema, deputado Rosemberg, é que chega o projeto a esta Casa sem dizer nada explicativo. Esta Casa não pode votar, deputado Rosemberg, um cheque em branco! Esta Casa não pode votar um empréstimo de US\$ 400 milhões que, ao preço do dólar de hoje, dá um bilhão e seiscentos milhões de reais, sem termos a ideia como será aplicado este dinheiro, de que forma esse dinheiro será aplicado, como esse dinheiro será restituído à agência financiadora.

O que o governo quer é um cheque em branco. E isso a Oposição não vai conceder. Isso vai depender da consciência de cada parlamentar. Se os parlamentares do governo acham que devem dar uma prerrogativa ao governo de endividamento de um bilhão e seiscentos milhões de reais, sem saber como esse dinheiro será aplicado, aí os deputados do governo justifiquem-se com suas bases, com a sociedade e com imprensa.

Os deputados de Oposição não irão consentir. Estamos aqui neste processo de obstrução desde que esse projeto entrou no requerimento de urgência. É ainda mais inconcebível um projeto desse porte não tramitar em nenhuma comissão, o governo fugir do debate! O governo não quer mostrar à sociedade como serão gastos um bilhão e seiscentos milhões de reais!

Esta Casa irá endividar cada vez mais o Estado da Bahia, deputado Adolfo. E os deputados do governo acham tudo normal, esquecendo-se de que antes de se

elegerem para defender o governo, elegem-se para prestar contas do seu mandato para a sociedade. Esta Casa, aprovando este projeto hoje, dá uma grande demonstração da pouca importância que a sociedade baiana tem, deputado Carlos Geilson, na vida desta Casa.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, eu quero parabenizar V.Ex^a pelo chamamento que faz a esta Casa da responsabilidade que temos em fiscalizar os atos do Poder Executivo. V.Ex^a é o Líder da Bancada da Oposição. Isso não quer dizer que apenas a Oposição tem o dever de questionar o governo acerca de como usará o montante de R\$ 1 bilhão e 600 milhões, e como serão investidos esses recursos. Essa é uma responsabilidade que cabe também aos deputados da Base do governo.

Tenho o maior respeito por todos os parlamentares que compõem esta Assembleia Legislativa. Mas é um absurdo, no meu entendimento, um parlamentar votar favoravelmente a um projeto, no meio da crise em que nos encontramos, sem sequer saber onde serão aplicados tais recursos. No meu entendimento, isso é uma falta de responsabilidade muito grande.

Por várias vezes vim a esta tribuna para cobrar desta Assembleia Legislativa, justamente, a responsabilidade que nos cabe: fiscalizar os atos do Poder Executivo. Na hora em que a ampla maioria da Casa concede um cheque em branco ao governo do Estado estamos dando uma demonstração de subserviência gigantesca. Afinal de contas para que servirá esta Assembleia Legislativa se não for para fiscalizar os atos do Poder Executivo?

No momento em que o governo pede mais de R\$ 1,5 bilhão esta Casa se predispõe a conceder esse cheque em branco sem sequer saber onde serão aplicados tais recursos. É, no mínimo, um ato irresponsável e pelo qual, se o praticarmos hoje, poderemos ser cobrados amanhã, com toda a responsabilidade possível. Porque não é possível que na hora de exercermos o nosso papel a Casa vá em sentido contrário, servindo ao Poder Executivo, fazendo a vontade do Poder Executivo em detrimento da obrigação do Poder Legislativo.

Então, peço aos deputados desta Casa responsabilidade nesse sentido. Somos eleitos justamente para fiscalizar o Poder Executivo. Tenho certeza que ninguém nesta Assembleia Legislativa sabe onde irão ser aplicados esses recursos.

Então, Sr^{as} Parlamentares, Srs. Parlamentares, que na tarde desta segunda-feira pretendem votar favoravelmente a esse projeto, amanhã V.Ex^{as}, com certeza, serão cobrados por seus eleitores, porque a Bahia, todos nós sabemos, passa por dificuldades financeiras seriíssimas, oriundas de um trabalho que foi realizado ao longo desses anos por um governo do Partido dos Trabalhadores.

Então, deputado Sandro Régis, quero parabenizar V.Ex^a, que age hoje com responsabilidade, que chama sua Bancada à responsabilidade de exercer o papel de fiscalização, que deveria ser deste Poder todo. Espero que a Base governista ouça as palavras de V.Ex^a e absorva que o sensato, o correto e a nossa obrigação é, justamente, cobrar explicações ao governo do Estado. O que não quer dizer que eles

não as tenham. Acho até que eles podem ter uma justificativa plausível, mas queremos saber qual é.

Para onde vão esses recursos? Para a saúde, a educação, a segurança pública? Todos esses três pontos estão precisando, e muito, de recursos. Mas nós precisamos saber onde irão ser aplicados esses recursos.

Muito obrigado.

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte, deputado.

O Sr. Herzem Gusmão:- Um aparte, deputado.

O Sr. Carlos Geilson:- Um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Concedo apartes aos deputados Hildécio, Herzem e Carlos Geilson.

O Sr. Hildécio Meireles:- Quero parabenizá-lo por esse pronunciamento oportuno, no qual V.Ex^a traz à baila a discussão sobre esse financiamento para o qual o governo do Estado pretende, mais uma vez, obter a autorização desta Casa.

Esta Casa Legislativa tem autorizado o Poder Executivo a contrair obrigações financeiras com tanta facilidade que de 2007 a 2014 foram autorizados R\$ 17 bilhões e meio em financiamentos para o Poder Executivo. E, pasmem, Srs. Deputados, o Poder Executivo só obteve R\$ 8 bilhões e meio em financiamentos, mesmo com esta Casa tendo autorizado mais do que o dobro.

Portanto, é preciso, é necessário que projetos de lei da importância de um financiamento como esse percorram os caminhos normais, regimentais desta Casa, para que nós, deputados, possamos fazer uma avaliação mais criteriosa, sobretudo para que possamos também contribuir com o próprio governo do Estado.

Como é que em 8 anos se autorizou R\$ 17 bilhões e meio e o governo, o Poder Executivo, de fato, contraiu menos da metade? Portanto, meu caro Líder da nossa Bancada, Sandro Régis, é muito oportuno o seu pronunciamento.

Tenho, ainda, algo mais a acrescentar: se o governo passado, ao fazer a sua execução orçamentária e financeira, tivesse mais cuidado com o gasto público talvez não necessitasse, neste momento, contrair esse financiamento. Por coincidência, ou não, os US\$ 400 milhões solicitados equivalem a R\$1 bilhão e 600 mil, que são as despesas de exercícios anteriores que este governo absorveu do governo passado. E é bom que se diga que não são restos a pagar. Restos a pagar é uma coisa e despesa de exercício anterior é outra. No momento adequado vamos trazer, aqui, à discussão...

E eu faço um apelo ao presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle desta Casa para que coloque essa comissão para funcionar para que possamos trazer esse debate à baila.

Coincidência ou não, deputado Sandro Régis, nobre Líder da nossa Bancada, se o governo tivesse cuidado melhor das suas finanças no ano passado provavelmente não teria necessidade de contrair essa obrigação, mais uma vez, comprometendo, assim, o futuro financeiro do nosso Estado.

Portanto, parabéns a V.Ex^a por esse pronunciamento muito oportuno.

Muito obrigado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo seu aparte e digo que V.Ex^a fez um aparte sobre o que está acontecendo realmente, sobre o perigo que esta Casa corre ao dar um cheque em branco ao governo do Estado.

Com o aparte o Vice-Líder da Oposição, deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado Sandro Régis, Líder, V.Ex^a dá um grande exemplo. Quando cheguei aqui observei o seu trabalho – e fiz questão de falar para V.Ex^a – e a sua preocupação em conduzir a Bancada da Oposição com responsabilidade, embasamento, conhecimento. E a postura de V.Ex^a não pode ser diferente.

É impressionante, impressiona-me mesmo, o governo mandar para esta Casa um pleito, uma solicitação de um empréstimo desse, lembrando que o governo da Bahia e o governo federal são irmãos univitelinos: governos perdulários, governos que, sem critérios, têm jogado dinheiro público no ralo.

Então, não dá para entender como é que alguém apoia, vota e aprova um empréstimo de US\$ 400 milhões. Os deputados que votarão... E noto um silêncio sepulcral; não vejo aqui os deputados da Situação defendendo. Para onde esses recursos irão? Estávamos vendo que o PIB do Brasil... O Brasil investe, o Brasil tem muito dinheiro, por exemplo, investe na educação, mas falta gestão, não tem resposta. Como falta resposta e boa gestão, Líder, na saúde, em obras estruturantes, segurança. E agora o governo solicita um empréstimo de 400 milhões de dólares! E nós, deputado Targino Machado, não temos o direito de saber como esses recursos serão aplicados, qual o lastro da Bahia. Quais as condições reais da Bahia para contrair esses empréstimo e não comprometer o futuro.

Parabenizo V. Ex^a por essa preocupação, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Carlos Geílson.

O Sr. Carlos Geílson:- Meu caro deputado Sandro Régis, eu quero fazer coro com as palavras dos deputados da Oposição. E convoco os deputados governistas que estão aí em suas poltronas talvez pensando em outros assuntos, creio eu, pertinentes ao Estado da Bahia, mas com menor relevância em relação a esse empréstimo de 400 milhões de dólares. Como o governo do Estado toma uma montanha dessa de dinheiro e o parlamentar governista não se sente à vontade, não tem a altivez para cobrar do governador como será repartido esse dinheiro do empréstimo. Isso vai dar um aporte ao erário em torno de um bilhão e seiscentos milhões de reais. Eu, até, meu querido Sandro Régis, pediria a V. Ex^a que facultasse o voto da Oposição, de cada parlamentar, se o governo explicitar, se vier a aclarar como vai fazer essa divisão. A ementa não diz. Fala, fala, fala, e não diz nada. Quanto o governo vai pagar à União desse dinheiro? Está tomando empréstimo para pagar empréstimo.

O que vai para a infraestrutura? O que vai para a mobilidade urbana, saúde, segurança, educação? O governo não diz.

E como é que os deputados do governo, não falo só daqueles orgânicos, não falo dos ortodoxos, falo daqueles que se agruparam por interesses outros ao projeto do governo, não têm autonomia de perguntar para que o governo venha a dizer onde o dinheiro será aplicado. Temem o quê? Perdem o quê? Muitos chegaram aqui por suas pernas, por sua forma peculiar de fazer política, e não se sentem à vontade para fazer essa pequena cobrança. Então, depois falam que no passado era no chicote. Como dizia o ex-governador da Bahia Lomanto Júnior, é com o azorrague que se administra, com o chicote na mão. É como parece que o governo atual administra a Bancada governista.

E o deputado Zé Neto, que tem as pernas do presidente da Casa, porque sem as pernas do presidente ele não consegue andar, fica no processo de letargia, porque sabe que sem o menor esforço da sua parte para convencê-los, essa Bancada votará. É como o boi que vai para o matadouro, já sabe que vai morrer, vai solenemente para o seu adeus.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Com o aparte o deputado Luciano Simões Filho, depois os deputados Pablo Barrozo e Tom Araújo.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Amigo Sandro Régis, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. V. Ex^a está exercendo o quarto mandato como deputado estadual, sendo três na Oposição, com certeza vive o auge da sua carreira política. A grande liderança e a divisão de informações com a sua Bancada é o ponto alto da sua gestão.

Venho aqui também reiterar o que foi pronunciado por V. Ex^a Como vai ser gasto esse dinheiro? O dinheiro está vindo numa grande articulação do governador Rui Costa, ele que conseguiu viabilizar isso, para quê? Vai sem gasto em quê esse dinheiro?

O dinheiro está vindo. Uma grande articulação do governador Rui Costa conseguiu viabilizar isso. Mas para quê? Vai ser gasto em quê? É uma pergunta simples, mas nenhum deputado do governo sobe à tribuna e explica, necessariamente, como vai ser gasto esse dinheiro.

Cabe a nós, do Parlamento, justamente exercer a função de fiscais. Não só a Oposição, mas todo parlamentar desta Casa tem que exercer esse munus, essa função que o povo da Bahia nos deu.

Parabéns, deputado Sandro Régis pelo seu pronunciamento.

O Sr. Pablo Barrozo:- Um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo seu aparte.

Concedo um aparte ao deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Líder Sandro Régis, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento claro, transparente, corajoso que faz, como de costume, exercendo a Liderança da Oposição. Uma liderança responsável e que se preocupa com a fiscalização dos atos de um governo que se mostra perdido, que se mostra irresponsável. Porque governo do PT, entra eleição sai eleição, comete os mesmos

erros.

Na Bahia sobrevivia por causa dos resquícios do governo federal. E, hoje, que ele não tem governo federal, desespera-se. E se desespera pedindo um empréstimo de R\$ 1 bilhão e 600 milhões sem dizer para quê.

Disse isso porque lemos em recente matéria do jornal Folha de S. Paulo, um jornal reconhecido e respeitado nacionalmente: “o governo da Bahia nos decepciona e é motivo de vexame para os baianos”. Mostra que ele não tem prioridade alguma com a segurança pública. O jornal Folha de S. Paulo, na semana passada, trouxe à tona algo que já venho dizendo aqui, desta tribuna, há muito tempo. O governo do Estado não tem prioridade alguma com a segurança pública do Estado da Bahia. O governo do Estado se omite em relação a isso.

O governo do Estado se esconde da crise de corrupção que está acontecendo no Brasil, dizendo que a crise é econômica. Isso é hábito do PT. Esconde-se da responsabilidade da segurança pública, dizendo que a metodologia usada pelo jornal foi errada. Exime-se de qualquer culpa.

O governador Rui, do PT, por obrigação, temos que fiscalizá-lo. Temos que fiscalizar seu trabalho e o poder que ele representa. Infelizmente, a cada dia, Líder, ele vem dando uma demonstração de que está perdido, parecendo uma barata tonta. Gasta em propaganda, mas nos 6 primeiros meses do ano só gastou na segurança pública 2% do Orçamento previsto para 2015. Enquanto isso, são mortes, assassinatos, latrocínios, homicídios a torto e a direito em nossa Bahia. Essa é a realidade.

Quero parabenizar-lhe por esse discurso e perguntar, mais uma vez, para onde vai o R\$ 1 bilhão e 600 milhões? Porque a dúvida fica! E o que parece é que esse dinheiro está a servir novamente para pagar débitos de campanha e ajudar os correligionários petistas, como faz através da Fundação Estadual de Saúde da Família. Desafio qualquer deputado governista vir a público e dizer para onde vai esse dinheiro, abrir a caixa-preta da FESF, autarquia criada pelo secretário Jorge Solla e que até hoje usa dinheiro público sem prestar contas a ninguém.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

E concedo um aparte...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, infelizmente, vou ter que encerrar a sessão, porque chegamos às 14h30, e não posso ultrapassar esse horário. Agradeço muito a V.Ex^a por esse brilhante discurso, como sempre.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sou obrigado a encerrar a sessão. Mantenha-se o painel, claro, pois a nova sessão será iniciada às 14h45.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, sou seu fã, pelo seu rigor. Gosto...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode ter certeza de que não sairei jamais do Regimento.

O próximo Grande Expediente será da Base do governo. Estou dando essa informação. Segundo: teremos o Pequeno Expediente e será pela ordem de chamada dos presentes que deram frequência no início.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.